

# Aborto tem poucos defensores

*Amc*

Quinta-feira, 23 de abril de 1987 — CIDADES — A.

ANC 88  
Pasta 16 a 23  
Abril/87  
117

## entre os constituintes

Do Sucursal de Brasília

"Vamos legalizar os assaltos, uma vez que eles existem", reagiu o deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), que redigirá o texto final que a Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso apresentará ao Congresso constituinte, em resposta ao argumento utilizado pelo deputado Chico Humberto (PDT-MG) em defesa da legalização do aborto. Embora proibido pelo Estado, Humberto argumenta que o aborto é um fato, e "sua prática no fundo do quintal" mata

quinzentas mil mulheres por ano, por falta de assistência médica.

A curta frase que Tinoco usou para comparar a legalização do aborto à dos assaltos teve o poder de arrancar aplausos da maioria dos constituintes que acompanhavam a reunião, numa prévia do que deverá acontecer hoje, quando o auditório utilizado pela subcomissão para seus encontros deverá se transformar num cenário de guerra. Em pauta, novamente, o aborto. Mas de um lado, defendendo sua legalização, vai estar o CNDM (Conselho Nacional de Defesa da

Mulher) e, de outro, combatendo, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

"O perfil da subcomissão é alarmante", disse Komba Marx Porto, advogada do Conselho da Mulher, na última terça-feira, quando saía "derrotada" da primeira reunião pública realizada pela subcomissão. "Dos nove constituintes presentes, quatro eram pastores", afirmou Komba, que defendia a ampliação da lei do divórcio. Na verdade, nove de seus dezenove integrantes são pastores de vários credos.

Humberto conhecia bem o perfil da subcomissão quando defendeu a legalização do aborto, e tratou de criar um clima favorável: "Não é à toa que se chamam de Chico. Sou muito ligado a Chico Xavier, o famoso médium. Sou um espiritualista e, por isso, contra o aborto". Tudo correu bem até aí. Mas em seguida, Humberto prosseguiu: "Mas o aborto na ilegalidade mata quinzentas mil mulheres". Foi o suficiente para a intervenção de Tinoco, seguida dos aplausos dos presentes.

A subcomissão é conservadora.

Enquanto defendia a ampliação da lei do divórcio, a advogada Komba era interrompida a todo momento pelo deputado Flávio Palmier (PMDB-RJ), que contra-atacava: "Não vejo luz no fim do túnel. Temos que dar um basta neste excesso de separações. Já acho a lei atual uma temeridade, muito avançada". Komba defendia, por exemplo, que uma pessoa divorciada uma primeira vez tenha o direito de se divorciar uma segunda.

A legalização do aborto foi proposta pela última vez ao Congresso por

Luiz Prado

um projeto da deputada Cristiana Tavares (PMDB-PE), em 1984. Mas a recepção foi péssima. "Nem chegou a ir ao plenário. Foi derrubado ainda na primeira comissão, da Constituição e Justiça", lembra a deputada, que teve uma entrevista que dava à TV Brasília interrompida por um padre que, aos berros, a chamava de assassina. "A CNBB ficou de vigília e os padres disseram que era a chegada do anti-Cristo", disse. Para ela, "hoje, a situação é a mesma".